

Situação da ciência e do emprego científico em Portugal

Seminário de Jovens Cientistas
Academia das Ciências de Lisboa

A Ciência registou em Portugal uma evolução sem precedentes, em todas as suas vertentes, a partir de meados dos anos 90¹ em virtude do crescente investimento do Estado neste domínio².

Grande parte desse investimento foi canalizado para a formação de recursos humanos através a atribuição de bolsas. A prioridade era a construção de um verdadeiro tecido científico nacional que permitisse ao país recuperar o atraso em relação aos seus congéneres europeus³. No entanto, esta aposta na atribuição de bolsas não foi acompanhada por qualquer tipo de estímulo à renovação dos quadros das instituições de Ensino Superior⁴, não tendo também tido o impacto desejado os programas de apoio à contratação de doutorados pelo sector privado⁵.

Procurando contornar essa lacuna, os sucessivos governos implementaram modelos para a contratação de doutorados⁶ que, não obstante os seus méritos, também não foram capazes de contribuir para a plena integração das novas gerações de cientistas nas carreiras do ensino superior ou da investigação científica. Tratavam-se de contratos a prazo, e uma vez terminados esses contratos os jovens investigadores tinham de voltar a candidatar-se a novos concursos ou a procurar alternativas menos precárias no exterior.

Este círculo vicioso foi agravado pela crise económica e financeira que também teve um profundo impacto no sistema científico nacional. A partir de 2008, verificou-se um progressivo decréscimo na concessão de bolsas de doutoramento e a partir de 2010 na concessão de bolsas de pós-doutoramento⁷. Estes cortes fizeram diminuir a entrada de novos jovens no sistema científico, mas tiveram também implicações naqueles que já desenvolviam a sua atividade, pois deixou de ser permitido aos bolseiros de pós-doutoramento candidatarem-se a novas bolsas de pós-doc quando não existiam outras alternativas.

Sucede que o crescimento e desenvolvimento do sistema científico nacional registado nos últimos anos alicerçou-se em grande parte no crescente número de

bolsiros que, apesar das disparidades existentes aos níveis de remuneração e de proteção social, desempenham as mais diversas funções nas suas unidades de investigação equiparando-se aos Professores e Investigadores inseridos nas respetivas carreiras, sem que existisse qualquer perspectiva para a sua plena integração na academia.

Foi neste contexto que o XXI Governo Constitucional aprovou o decreto-lei 57/2016 que visava estimular a contratação de doutorados. No entanto, este diploma não foi bem recebido nem pelos bolsiros e contratados a prazo, que continuavam a ter apenas como horizonte muito longínquo qualquer hipótese de integração nas carreiras académicas, nem pelos responsáveis das universidades que temiam ter de vir a suportar os encargos futuros relativos à contratação desses investigadores.

A Assembleia da República chamou a si o problema e, através da apreciação parlamentar do diploma do governo, num esforço de concertação que abrangeu todos os grupos parlamentares, introduziu algumas alterações que, apesar de perpetuarem a existência de “investigadores *low cost*”, permitiram melhorar a lei, indo ao encontro tanto dos bolsiros como das universidades, estabelecendo mecanismos que abrem caminho para uma futura integração daqueles e atribuindo à FCT a responsabilidade financeira dos encargos a suportar ao abrigo de uma norma transitória.

Não obstante, alguns reitores continuam a revelar forte oposição à lei, tendo manifestado reservas em relação à sua aplicação.

Apesar das fragilidades e insuficiências, algumas das quais apontadas pelo Senhor Presidente da República quando promulgou o diploma da Assembleia da República⁸, o regime de contratação de doutorados constitui uma oportunidade para travar a tendência de progressiva erosão do sistema científico nacional que, a não ser invertida, coloca em causa os esforços despendidos e os importantes sucessos alcançados nas últimas décadas em Portugal.

A implementação do diploma do emprego científico não deve, no entanto, ser vista como panaceia para todos os males que afetam o sistema científico e tecnológico nacional. São também necessários outros instrumentos que estimulem não apenas a interligação entre a academia e a sociedade, nomeadamente as empresas, mas que fomentem a contratação de doutorados pelo sector privado. O Estado não pode nem

deve continuar a ser a única entidade empenhada na resolução deste problema que afeta toda a sociedade.

Por outro lado, a implementação do diploma do emprego científico deve estar subordinada a um grande princípio: o do mérito. Os procedimentos concursais devem ser transparentes, rigorosos e independentes. Só deste modo se pode garantir que os progressos registados na ciência e no conhecimento não serão postos em causa por processos que não seguem as melhores práticas internacionais.

Nesse sentido, procurando chamar a atenção para este problema que afeta não apenas aqueles que fazem ciência mas a sociedade como um todo, o Seminário de Jovens Cientistas da Academia de Ciências de Lisboa irá promover, no segundo trimestre de 2018, a realização de um encontro que pretende reunir responsáveis políticos, representantes das confederações empresarias, das Universidades, das Fundações e dos jovens cientistas. Só uma eficaz articulação entre estes diversos sectores permitirá encontrar soluções que combatam a precariedade existente no sistema científico nacional.

20 de dezembro de 2017

¹ Aqui ficam alguns dados sobre essa evolução:

Em 1996 diplomaram-se no ensino superior 42.564 estudantes. Em menos de 20 anos esse valor mais do que duplicou. Em 2014/2015 diplomaram-se 94.537 pessoas. Fonte: Direcção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência, disponível em: <http://www.dgeec.mec.pt/np4/EstatDiplomados/>

Em 1998 apenas 0,88% da população empregada tinha o ensino superior. Em 2016 esse número tinha subido para 26%. Fonte: Pordata, disponível em:

<http://www.pordata.pt/Portugal/Popula%C3%A7%C3%A3o+empregada+total+e+por+n%C3%ADvel+de+escolaridade+completo-1388>

Em 1995 publicavam-se 24 trabalhos científicos em revistas internacionais por 100 mil habitantes. Em 2015 passaram a publicar-se 206. Fonte: Pordata, disponível em:

<http://www.pordata.pt/Portugal/Publica%C3%A7%C3%B5es+cient%C3%ADficas+por+100+mil+habitantes-1196>

O número de publicações indexadas na *Web of Science* passou das 510 por meio milhão de habitantes em 2005 para 1.298 em 2015. Portugal foi o 5º país da União Europeia com uma taxa de crescimento mais acentuada neste domínio, atingindo uma taxa de crescimento médio anual entre 2005 e 2015 de 10%. Fonte: Direcção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência, disponível em:

http://www.dgeec.mec.pt/np4/210/%7B%5CclientServletPath%7D/?newsId=116&fileName=Destaques_SE_2005_2015.pdf

Em 1995 doutoravam-se por ano 5,7 pessoas por 100 mil habitantes. Em 2013 registaram-se 25,5 doutoramentos por 100 mil habitantes. Fonte: Pordata, disponível em:

<http://www.pordata.pt/Portugal/Doutoramentos+por+100+mil+habitantes-1983>

² Em 1995 as despesas públicas em I&D representavam 0,4% do PIB, em 2015 representavam 1%. Fonte: Pordata. Disponível em:

[http://www.pordata.pt/Portugal/Dota%3%a7%3%b5es+or%3%a7amentais+p%3%ablicas+para+investiga%3%a7%3%a3o+e+desenvolvimento+\(I+D\)+em+percentagem+do+PIB-1099](http://www.pordata.pt/Portugal/Dota%3%a7%3%b5es+or%3%a7amentais+p%3%ablicas+para+investiga%3%a7%3%a3o+e+desenvolvimento+(I+D)+em+percentagem+do+PIB-1099)

³ Em 1996 existiam em Portugal 1,2 investigadores por mil ativos. Em 2015 esse número passou a ser de 7,6 por mil ativos. Neste último ano a média europeia era de 7,5 investigadores por mil ativos. Fonte: Pordata. Disponível em:

[http://www.pordata.pt/Europa/Pessoal+total+e+investigadores+em+actividades+de+investiga%3%a7%3%a3o+e+desenvolvimento+\(I+D\)+equivalente+a+tempo+integral+por+mil+ativos-1691](http://www.pordata.pt/Europa/Pessoal+total+e+investigadores+em+actividades+de+investiga%3%a7%3%a3o+e+desenvolvimento+(I+D)+equivalente+a+tempo+integral+por+mil+ativos-1691)

⁴ O crescimento verificado no número de alunos no ensino superior não foi acompanhado por um crescimento no número de Professores do Ensino Superior Universitário e Politécnico. Pelo contrário, verificou-se um decréscimo. Em 2001/2002 existiam 35.740 docentes do ensino superior e em 2015/2016 apenas 32.580. Fonte: Direcção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência, disponível em:

<http://www.dgeec.mec.pt/np4/EstatDocentes/>

⁵ Em 2015 Portugal só 29% dos investigadores desempenhavam funções em empresas. No mesmo ano, na Alemanha 56% dos investigadores estavam no sector privado. Fonte: Pordata. Disponível em:

[http://www.pordata.pt/Europa/Investigadores+\(ETI\)+em+actividades+de+investiga%3%a7%3%a3o+e+desenvolvimento+\(I+D\)+total+e+por+sector+de+execu%3%a7%3%a3o-1424](http://www.pordata.pt/Europa/Investigadores+(ETI)+em+actividades+de+investiga%3%a7%3%a3o+e+desenvolvimento+(I+D)+total+e+por+sector+de+execu%3%a7%3%a3o-1424)

⁶ Programa Ciência e Programa Investigador FCT.

⁷ Estatísticas FCT disponíveis em: <http://www.fct.pt/estatisticas/bolsas/index.phtml.pt>

⁸ Comunicado da Presidência da República, 7-7-2017, disponível em:

<http://www.presidencia.pt/?idc=10&idi=132753>